

Estratégia divide empresários

SÃO PAULO — A eventual adoção de um redutor de preços e salários, proposto pelo ex-ministro Mário Henrique Simonsen, como estratégia de combate à inflação, está dividindo os empresários, que têm o mesmo ponto de vista apenas em relação a um aspecto: são frontalmente contrários a um novo congelamento.

“É um bom caminho”, acredita o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, ao mesmo tempo em que ressalta a inviabilidade de o Governo promover uma nova política de choque na economia. “Tenho certeza absoluta de que o espírito doutrinário da atual equipe econômica repudia uma medida desse tipo”, argumenta.

Se tem a mesma opinião de Amato em relação ao congelamento, Flávio Teles de Menezes, presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), e Horácio Cherskasky, presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose, discordam dos possíveis benefícios que o redutor de salários e preços traria à política econômica.

“Não creio que redutores de preços e salários tenham poderes de provocar a queda da inflação, já que a política de salários é determinada pelo nível de emprego e mobilização dos sindicatos, enquanto os bilhões de preços e combinações impedem que haja esse

controle que o Governo pode pretender”, analisa Teles de Menezes.

Cherskasky identifica o atual cenário como “uma véspera de loucura”, em que, a cada boato de uma mudança na política econômica, os índices da inflação elevam-se, com os agentes econômicos procurando se proteger de eventuais medidas do Governo. Cherskasky acha que o redutor proposto por Simonsen pode funcionar no caso dos salários, mas não terá os efeitos desejados na questão dos preços. “Qualquer tentativa de controle levará o mercado a conviver com produtos maquiados e alteração de marcas, como já aconteceu no Plano Cruzado”, disse.

Política monetária— Cherskasky e José Mindlin, presidente da Metal Leve e diretor da Fiesp, acham que um redutor de salários e preços terá bons resultados se o Governo, antes, praticar uma política monetária que não ceda às pressões políticas, para liberar recursos aos estados e municípios. “O que está faltando é coragem para partir para uma medida desse porte”, afirma Cherskasky. Mindlin acredita que o redutor de preços e salários, nos moldes propostos por Simonsen, “é melhor do que um novo congelamento”, mas concorda com Cherskasky: o governo precisa preparar o terreno com uma rígida política monetária.

Um dos maiores críticos da proposta de

Simonsen, Flávio Teles de Menezes, afirma que a atual equipe econômica está atacando uma das duas causas das altas taxas da inflação, ao combater o déficit público. A outra, a indexação quase plena da economia, ainda não recebeu a devida atenção do Governo, “por falta de condições políticas”.

Teles de Menezes defende medidas como as adotadas pela Bolívia, que cortou os gastos públicos e liberalizou a economia. “Não vejo sentido em dizer que o aumento do óleo de soja nos Estados Unidos provocará aumento do aluguel em Manaus”, compara. Mário Amato, no entanto, discorda dessa tese.

Melhor opção— Os empresários representados pela Confederação das Associações Comerciais do Brasil (CACB) — cerca de um milhão em todo o país — ainda preferem a política feijão-com-arroz dos ministros da Fazenda, Máilon da Nóbrega, e do Planejamento, João Batista de Abreu, do que qualquer tipo de plano, seja ele ortodoxo, como o do ex-ministro Mário Henrique Simonsen, ou heterodoxo, como foram os Planos Cruzado e Bresser.

A informação foi dada ontem pelo presidente da CACB, Amaury Temporal, ao comentar as notícias veiculadas nos últimos dias a respeito da possibilidade do Governo vir a adotar um novo plano econômico para combater a inflação.